



EDUCAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: UM ESTUDO EM ORGANIZAÇÕES PARANAENSES

EDUCATION FOR COOPERATION AND REGIONAL DEVELOPMENT: A STUDY IN ORGANIZATIONS FROM PARANA

EDUCACIÓN PARA LA COOPERACIÓN Y EL DESARROLLO REGIONAL: UN ESTUDIO EN ORGANIZACIONES DEL PARANÁ

Chrystian Biscaro¹
Luís Miguel Luzio-dos-Santos²

RESUMO

O movimento cooperativo se apresenta de modo bastante heterogêneo, repleto de manifestações, algumas complementares e outras antagonicas. Esse fato levou ao objetivo deste estudo: compreender como diferentes modelos cooperativos entendem e vivenciam o quinto princípio internacional do cooperativismo – educação, formação e informação – em organizações cooperativas paranaenses. Foram analisados três modelos de cooperativismo atuantes no Paraná, aqui definidos por Concêntrico, Popular e Solidário. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental. A análise dos dados foi baseada no método de análise de conteúdo. Dentre os resultados, destaca-se que o compromisso com as causas sociais e o desenvolvimento de regiões e sujeitos novos são vistos com maior frequência nas cooperativas com características mais solidárias e populares. A cooperativa de maior porte prioriza ações voltadas ao nível técnico de capacitação de mão de obra, sem maior compromisso com o desenvolvimento da cultura da cooperação entre seus membros.

Palavras-chave: cooperação; educação; desenvolvimento regional; alternativa socioeconômica.

ABSTRACT

The cooperative movement presents itself in a very heterogeneous way, full of manifestations, some complementary and others antagonistic. This fact led to the objective of this study: to understand how different cooperative models understand and experience the fifth international principle of cooperativism – education, training and information – in cooperative organizations in Paraná. Three cooperative models operating in Paraná were analyzed, defined here as Concentric, Popular and Solidarity. Data collection took place through semi-structured interviews and documentary research. Data analysis was based on the content analysis method. Among the results, it is highlighted that the commitment to social causes and the development

¹Mestre em Administração - UEL. Pesquisador na Universidade Estadual de Londrina. Londrina. Paraná. Brasil. E-mail: chrystianbiscaro@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0038-9138>

²Pós-Doutor em Ciências Sociais. Núcleo de Estudos da Complexidade – PUC-SP. Professor na Universidade Estadual de Londrina. Londrina. Paraná. Brasil. E-mail: lmig@uol.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9369-0298>.

of new regions and subjects are seen more frequently in cooperatives with more solidary and popular characteristics. The larger cooperative prioritizes actions aimed at the technical level of manpower training, without greater commitment to the development of a culture of cooperation among its members.

Keywords: cooperation; education; regional development; socioeconomic alternative.

RESUMEN

El movimiento cooperativo se presenta de manera muy heterogénea, lleno de manifestaciones, algunas complementarias y otras antagónicas. Este hecho llevó al objetivo de este estudio: comprender cómo los diferentes modelos cooperativos entienden y viven el quinto principio internacional del cooperativismo – educación, formación e información – en las organizaciones cooperativas de Paraná. Se analizaron tres modelos cooperativos paranaenses, definidos aquí como Concéntrico, Popular y Solidario. La recolección de datos se realizó a través de entrevistas semiestructuradas e investigación documental. El análisis de datos se basó en el método de análisis de contenido. Entre los resultados, se destaca que el compromiso con las causas sociales y el desarrollo de nuevas regiones y sujetos se ve con mayor frecuencia en cooperativas más solidarias y populares. La cooperativa mayor prioriza acciones dirigidas al nivel técnico de formación de mano de obra, sin mayor compromiso con el desarrollo de una cultura de cooperación entre sus asociados.

Palavras chave: cooperación; educación; desarrollo regional; alternativa socioeconómica.

Como citar este artigo: BISCARO, Chrystian; LUZIO-DOS-SANTOS, Luís Miguel. Educação para a cooperação e desenvolvimento regional: um estudo em organizações paranaenses. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, v. 14, p. 791-814, 25 out. 2024. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v14.4912>.

Artigo recebido em: 15/07/2023

Artigo aprovado em: 07/10/2024

Artigo publicado em: 25/10/2024

1 INTRODUÇÃO

Muito se discute sobre as crises experimentadas na contemporaneidade. Autores de diferentes perspectivas (Santos; Rodríguez, 2002; Dowbor, 2020; Morin, 2015b; Patel; Moore, 2018) têm alertado para o atual momento histórico que é marcado por um estado de incertezas e dúvidas. Ao conjunto desses dilemas, o pensador francês Morin (2015b) utiliza o termo policrises, por entender que, no momento histórico em que vivemos, as crises são percebidas nas mais variadas dimensões, como na econômica, social, ambiental, cultural, demográfica, religiosa, entre outras.

Para Morin (2015b), a essência que fundamenta as policrises está relacionada à crise de cognição, ou seja, à forma como se apreende a realidade, o que, por sua vez, está associada ao modelo de produção de conhecimento e de educação, que remontam ao pensamento clássico cartesiano-newtoniano do século XVII. A realidade passou a ser fragmentada em partes cada vez menores, dando origem às hiperespecialidades. Ainda que os avanços, em algumas áreas,

tenham sido expressivos, perdeu-se a visão do conjunto e das conexões que se estabelecem entre as partes, o que o autor chama de inteligência cega (Morin, 2015a). Ao se seccionar a realidade e privilegiarem-se os elementos isolados, cada indivíduo deixou de se preocupar com aquilo que não é imediato, o que culminou numa verdadeira crise de responsabilidades.

Nesse contexto, a educação torna-se campo por excelência para reflexão (Azevedo, 1958; Freire, 1967; Freinet, 2004; Montessori, 2006). Considerando que qualquer mudança consistente na sociedade passa inevitavelmente pela educação, é necessário refletir sobre que tipo de educação poderá melhor se sintonizar com as demandas que se impõem. Os modelos tradicionais e dominantes entendem a educação tecnocientífica como superior, uma vez que partem do pressuposto de que avanços científicos resultam em progresso tecnológico que, por sua vez, se traduz em melhorias na qualidade de vida da população. Não há qualquer preocupação com a reflexão ética ou perspectiva mais crítica. No entanto, apesar de todo desenvolvimento tecnocientífico do nosso tempo, estudos recentes (Oxfam, 2018) revelam o crescimento acelerado dos níveis de desigualdade numa mesma sociedade. Essa constatação abre espaço para reflexão sobre o modelo de desenvolvimento hegemônico, procurando entender: a quem serve? e a que custo?

A educação para a cooperação, no lugar da educação para a competição, apresenta-se como uma alternativa contra-hegemônica, que se quer mais justa, solidária e sustentável. Falar em cooperação remete aos fundamentos do movimento cooperativista, em que no seu 5º princípio evidencia a necessidade de uma educação para a cooperação. Esse princípio, abrange a preocupação com a educação, formação e informação dos cooperados e o seu desenvolvimento regional. Ressalta-se que a escolha da expressão “educação para a cooperação” em vez de “educação cooperativista” ou “educação cooperativa”, se deve ao fato do seu enfoque repousar sobre os valores cooperativos.

O compromisso com a educação está presente desde os primórdios do movimento cooperativo, o que remonta aos Pioneiros de Rochdale (1844 na Inglaterra), marco histórico do cooperativismo mundial. Na época, a educação era reservada a um seletivo grupo, geralmente os de maiores posses, o que passou a ser contestado pelo movimento cooperativista que se empenhou em assegurar formação para seus membros, elemento fundamental para o progresso social e a transformação dos indivíduos (ACI, 2015).

Programas de educação para a cooperação propõem-se a desenvolver novos valores, visões de mundo e comportamentos fundamentados na participação, equidade e justiça social (Frantz, 2001). Além do mais, ao se fortalecerem esses valores e princípios, os benefícios não se restringem às organizações cooperativas, mas se estendem ao seu entorno, o que já foi atestado por pesquisas que indicam que o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) em regiões com a maior concentração de cooperativas é sensivelmente superior ao das demais regiões (OCB, 2010).

Rocha e Luzio-dos-Santos (2022) apontam que existem múltiplos modelos de cooperativismos no Brasil, variando entre cooperativas mais populares e solidárias até aquelas que levam o cooperativismo apenas no nome e se assemelham, em grande medida, às empresas capitalistas tradicionais. Podemos inferir que algumas dessas organizações cooperativas encontram-se descoladas de muitos dos princípios originais, em particular no que diz respeito ao princípio da educação. Dessa forma, o objetivo deste trabalho será compreender como diferentes modelos cooperativos entendem e vivenciam o exercício do quinto princípio

internacional do cooperativismo – educação, formação e informação – em organizações cooperativas paranaenses.

Finaliza-se esta seção introdutória apresentando os campos fundamentais que serão abordados. Na seção seguinte, analisa-se o vasto campo compreendido pelas organizações cooperativistas, com sua heterogeneidade, o que nos leva a preferir usar o termo no plural, cooperativismos. Ainda no referencial teórico, discorre-se sobre o processo de educação para a cooperação a partir da lente das principais referências na área, numa visão crítica que questiona a efetividade do processo de (des)educação cooperativa.

Na terceira seção são detalhados os procedimentos metodológicos. Já na quarta seção, apresentam-se os resultados da pesquisa com análises a partir do referencial teórico e da perspectiva epistemológica adotada. Por fim, a última seção é reservada para as considerações finais, uma síntese dos resultados apurados na pesquisa, além de potenciais campos que poderão ser explorados em estudos futuros.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para além dos interesses dos atores envolvidos no movimento cooperativo, o que já seria uma importante dimensão a ser explorada, considera-se relevante a apreensão da heterogeneidade existente no movimento a partir de um olhar sobre pensamentos antagônicos e de concessões ocorridas no decorrer do tempo. Percebe-se um distanciamento de certas cooperativas em relação aos princípios e valores originais do cooperativismo rochdaleano, acomodando-os à lógica capitalista. Dessa forma, parte-se do pressuposto de que esse afastamento tem relação direta com a fragilização da educação para a cooperação dentro do movimento cooperativo. Nesse contexto, busca-se aprofundar essas questões a partir de diferentes linhas de pensamento dentro do cooperativismo.

2.1 ANTAGONISMOS E CONCESSÕES NO MOVIMENTO COOPERATIVO

No campo teórico do cooperativismo, uma corrente específica se propôs a desafiar e criticar severamente os princípios e valores rochdaleanos: a Escola de Münster (ou Teoria de Münster), que teve como principais pesquisadores Erik Boettcher, Rolf Eschenburg e Holger Bonus, todos da universidade alemã que leva o nome da referida teoria. A Escola de Münster definiu o cooperativismo como “um agrupamento de indivíduos que defendem os seus interesses econômicos individuais por meio de uma empresa que mantêm conjuntamente” (Silva, 2002).

Essa visão concebe a ideia do cooperar para competir, o que por sua vez nos faz recordar do conceito de “cooperação contratual” abordada por Namorado (2013), caracterizada por um acordo que visa atender as vontades individuais dos cooperados. Essa abordagem valoriza a primazia do indivíduo sobre o coletivo, com a comunidade, e com a vivência cooperativa no cotidiano da sociedade.

Ao trazer as cooperativas para esse campo, mais utilitarista e associado à lógica liberal, em que predominam interesses individualistas e com enfoque na maximização de resultados,

torna-se clara uma tentativa de cooptação de um movimento que emergiu contra as ideias dominantes do capitalismo e, em decorrência, o cooperativismo poderia estar praticando mais do mesmo, ou seja, seria apenas um outro tipo de organização, voltada para o interesse econômico de certos grupos, sem preocupação com o envolvimento social.

Ao negligenciar a dimensão social, canalizando esforços majoritariamente nos aspectos econômicos, o movimento cooperativo não incomoda o pensamento hegemônico, tornando-se muitas vezes seu aliado. Nesse sentido, Namorado (2013, p. 22) considera que: “com o instituir de sociedades de exploração, a cooperação transformou-se gradualmente numa colaboração forçada, ou seja, numa entajada funcionalmente conjugada com processos coativos hierarquicamente estruturados”.

Nesse contexto, Singer (2002) observou que o movimento cooperativo sempre seguiu em expansão em termos quantitativos no plano mundial, porém considera que muito provavelmente nos aspectos qualitativos tenha se degenerado ao longo do tempo.

Diante dos antagonismos que podemos perceber dentro do movimento cooperativo, é importante reconhecer inicialmente a sua pluralidade, o que faz com que o movimento seja por si mesmo complexo. A partir desse contexto, torna-se importante estabelecer conexões entre a educação para a cooperação, o pensamento de educadores e seu reflexo prático no desenvolvimento territorial das sociedades.

2.2 A EDUCAÇÃO PARA COOPERAÇÃO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Falar sobre o cooperativismo de maneira geral, e da educação para a cooperação de maneira específica requer que não seja esquecida a origem do movimento. O meio social do movimento cooperativo é o mesmo de outros grandes movimentos sociais, como por exemplo o socialismo e o sindicalismo (Namorado, 2013). Esses movimentos possuem em seu âmago a busca de alternativas de superação de situações difíceis, muitas vezes opressoras, das classes menos favorecidas e, para além do ambiente dos seus próprios movimentos, eles aspiravam uma nova forma de organização social e econômica (Diestro, 2020).

Recorrendo ao educador Paulo Freire, e contextualizando seu pensamento no campo da educação para a cooperação, importa ter em mente que a educação tem potencial para contribuir com a emancipação das massas por meio da práxis, favorecendo o despertar de um pensamento crítico e libertar os oprimidos para que se reconheçam como tal (Freire, 1987). Nesse sentido, a educação para a cooperação consegue abranger a sociedade de maneira geral e não apenas objetivar as finalidades de caráter institucional das cooperativas.

Thesing, Sausen e Baggio (2022) identificaram em seus trabalhos que o aspecto educativo no ambiente das cooperativas contribui de forma positiva e significativa para o desenvolvimento territorial, uma vez que envolve questões de humanização no processo educativo refletindo nos elementos associativos da vida cooperativa e humana.

Schneider e Hendges (2006) apontam que a educação para a cooperação pode ser entendida como todo tipo de atividade que desperte o interesse comprometido dos cooperados. No entanto, o grande dilema que tem desafiado as cooperativas interessadas nos valores e

princípios cooperativos está justamente em saber despertar esse interesse, uma vez que as pessoas buscam cada vez mais resultados imediatistas, aceitando a competição e o individualismo como naturais e a única alternativa possível, o que se opõe à educação para a cooperação, à visão coletivista centrada no bem-comum (Schneider; Hendges, 2006).

Ainda em Schneider e Hendges (2006) depreende-se que é compreensível que um novo associado ingresse em uma cooperativa com interesses individuais, visto que é forjado em um ambiente individualista e competitivo. No entanto, o que não pode ser considerado “normal” é que essa atitude se mantenha ao longo do tempo. É nesse ponto que entra a educação para a cooperação, que se propõe a promover nos cooperados valores como: solidariedade, corresponsabilidade, coletividade e responsabilidade socioambiental.

O ambiente individualista e competitivo favorece o modelo de cooperação contratual, caracterizado por um acordo que visa atender as vontades individuais dos cooperados. Esse modelo tem moldado boa parte das organizações cooperativas modernas (Namorado, 2013; Menezes, 2018). Assim, em certos modelos cooperativos, a (des)educação para a cooperação tem sofrido um processo de ressignificação e transformação em favor da lógica do capital.

Ben e Richart (2018) problematizaram a questão da educação ao analisarem que em certos casos a educação para a cooperação está preocupada em capacitar mão de obra necessária para servir as atividades de determinados segmentos agroindustriais. Assim, os múltiplos saberes dos envolvidos, o conhecimento formal e informal dos cooperados são descartados para dar lugar aos conhecimentos técnicos e específicos voltados à lógica de mercado. Nesse contexto, vale lembrar Mészáros (2008) ao considerar que a educação não é um negócio, devendo qualificar os indivíduos para a vida e não para o mercado, substituindo as pautas inerentes ao individualismo, por uma sociedade que tenha como referência o ser humano.

Assim, muitos são os debates e embates que tangem a educação para a cooperação. Pensar no fortalecimento dessa educação, buscando apoio nos princípios e valores cooperativos genuínos e, ao mesmo tempo, cuidar para que não se esteja favorecendo o processo de (des)educação para a cooperação são tarefas fundamentais que podem contribuir para o desenvolvimento de um novo paradigma de sociabilidade pautado pela solidariedade em detrimento da competição, individualismo e da acumulação de capital. Nesse sentido, como observaram Thesing, Sausen e Baggio (2022), são necessários processos contínuos de formação com lastro nos princípios do cooperativismo de forma a minorar os desdobramentos da individualidade e competição.

Como já abordado, a realidade das sociedades contemporâneas é marcada pela predominância de uma ideia de superioridade de alguns sobre a maioria da população. Essa pretensa superioridade pode manifestar-se de várias formas, no entanto a concentração econômica e do poder tem especial relevo na trajetória histórica das sociedades. O domínio que se materializa coloca em risco o equilíbrio democrático, produz diversos tipos de violências (simbólica, institucional, social) e relega grande parte da população da participação nos processos decisórios em diversas esferas. Nesse contexto, desenhos educacionais emancipatórios e libertários tornam-se fundamentais para o fortalecimento da cidadania, para uma democracia mais participativa e para práticas organizacionais mais humanizadas, equitativas e sustentáveis (Luzio-dos-Santos, 2015; Milana; Sorensen, 2020).

O pensador e educador Freire (1987) propôs uma pedagogia capaz de libertar as massas das amarras do modelo pedagógico tradicional, da “pedagogia opressora”, visto que esta contribui especialmente para os interesses dos grupos dominantes mantendo um modelo que, consciente ou inconscientemente, tem sido marcado pela prática de dominação. A pedagogia de Freire (1987) visa superar a relação contraditória entre opressores e oprimidos, compreendendo que o caminho para os avanços das sociedades depende da comunhão entre seus membros, encontrando nesse percurso solidariedade, afetos, humildade e coragem. Trata-se de um caminho onde todos caminham juntos, lado a lado, sem traços hierárquicos que sirvam para impor, oprimir e inferiorizar as pessoas.

Cabe ressaltar que a proposta de Freire (1987) como prática libertadora envolve enxergar o mundo a partir de uma lente crítica, reflexiva e questionadora. Para tanto, é requerido o conhecimento mais aprofundado da realidade, entendendo os contextos históricos que forjaram as sociedades num processo dialógico de aprendizagem entre educador e educando, uma vez que todos nós temos algo a aprender e também a ensinar. Tal perspectiva se contrapõe ao que Freire (1987) irá chamar de “educação bancária”, ou seja, aquela na qual o educando apenas recebe os “depósitos” de informações passivamente através de um modelo narrativo não sendo estimulado ou convidado para um processo de aprendizagem participativo e que faça sentido de acordo com a sua realidade.

A pedagogia freireana apoia-se em diversos saberes necessários à prática educativa que tenha como orientação a emancipação das classes oprimidas. Longe de esgotar o arcabouço teórico de Freire (1996), destacamos os principais elementos que acreditamos ser de particular relevância para a construção deste trabalho:

A educação para a cooperação apresenta diversos traços da proposta pedagógica de Freire (1987) e, quando apreendida através de uma visão sistêmica, pode ser adotada para o desenvolvimento dos membros das cooperativas e, em decorrência, pode fortalecer o desenvolvimento da comunidade em que estão inseridos. Nesse sentido, a educação para a cooperação favorece o

Desenvolvimento da pessoa humana, plenamente consciente do seu papel na cooperativa e conseqüentemente na sociedade, [forja] uma pessoa solidária e altruísta, comprometida por laços de reconhecimento com sua comunidade (Schneider; Hendges; Silva, 2010, p. 17).

Para que se alcance esse estado de consciência e que as práticas voltadas para o bem coletivo possam fazer sentido para os indivíduos, é necessário que se reconheça a necessidade de uma reforma de pensamento e educação em que se considere as inter-relações existentes de modo sistêmico, compreendendo ainda que o processo de educação é contínuo e dialógico, uma vez que a educação é diálogo ou não é educação (Freire, 1967). Essa reforma passa por uma visão crítica da realidade, enfrentando o status quo e questionando aquilo que está posto. Para isso, é importante que essa reforma seja envolvida por conhecimentos e saberes além da visão técnica restrita e permita construções e reflexões por parte de cada ser humano.

3 METODOLOGIA

3.1 CLASSIFICAÇÃO GERAL, ORIENTAÇÃO TEÓRICA E ANÁLISE DE DADOS

Adotou-se a abordagem qualitativa e descritiva por entende-las como as mais apropriadas e coerentes para responder ao problema de pesquisa proposto e pelo seu alinhamento com o posicionamento teórico e epistemológico que orientam o estudo (Godoy, 1995). Partindo do entendimento de Anfara e Mertz (2006), que consideram a teoria como uma maneira de elucidar e explicar alguns aspectos em relação ao funcionamento do mundo, optou-se pelo pensamento complexo fundamentado em Edgar Morin, como principal orientador do presente estudo.

O pensamento complexo possui uma base teórica, epistemológica e ontológica que busca compreender os fenômenos a partir de uma visão metassistêmica (conjunto de sistemas), o que permite uma apreensão mais aprofundada sem isolar as partes, religando aquilo que foi disperso (Morin, 2015a). No entanto, é importante ter clareza que essa perspectiva vai muito além do sistemismo, ultrapassando estruturas e sistemas impostos, apresentando-se como uma viabilidade de compreensão do mundo que busca romper com o paradigma dicotômico cartesiano-newtoniano, entendendo, desta forma, que a realidade é multifacetada e polissêmica, sendo necessária à sua compreensão a partir de múltiplos ângulos (Morin, 2003; 2015a). Nesse sentido, objeto, evento, fenômeno e ambiente se entrelaçam constituindo a realidade de cada sujeito a partir da perspectiva que cada um tem do mundo.

A pesquisa utilizou-se de entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental para atender aos objetivos propostos. A partir da triangulação e correlação dos dados coletados por meio das estratégias descritas anteriormente, os dados foram analisados através da utilização do método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2011).

Bardin (2011) sugere três fases cronológicas para a análise de conteúdo e que foram adotadas neste estudo: i) pré-análise; ii) a exploração do material; e iii) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

3.2 LÓCUS

Para determinação do lócus da pesquisa, considerou-se o conceito de Hatch (2002) quando diz que o lócus diz respeito ao ambiente físico onde ocorre determinada ação e envolve também um conjunto de participantes e suas inter-relações.

O lócus físico deste trabalho é representado por três cooperativas do estado do Paraná, cada uma delas representa um dos modelos de cooperativismo compreendidos a partir de Rocha e Luzio-dos-Santos (2022). São eles: cooperativismo concêntrico, o cooperativismo popular e o cooperativismo solidário. De forma breve, destaca-se que a diferença entre tais modelos está relacionada a aderência ou distanciamento dos princípios que norteiam o movimento cooperativo.

O modelo concêntrico possui características centralizadoras e hierárquicas bem definidas, sendo suas práticas pautadas pela eficiência, modernização e/ou competitividade, se aproximando, portanto, do sistema econômico dominante. No popular predomina a ideia de

cooperação entre as pessoas fruto da necessidade da resolução de suas necessidades econômicas e sociais, possui o modelo de contratação de mão de obra assalariada e não existem assimetrias significativas entre as posições ocupadas entre seus membros. Por fim, o modelo solidário envolve empreendimentos solidários com o propósito de gerar trabalho e renda a trabalhadores. São organizações pautadas pelos princípios democráticos e se organizam a partir do modelo de autogestão, não sendo aceitável, a princípio, a contratação de mão de obra assalariada (Rocha; Luzio-dos-Santos, 2022).

A escolha por cooperativas paranaenses se deu devido à grande representatividade do Estado no cenário cooperativista nacional. Dentre todos os Estados do país, o Paraná é o que apresenta maior contribuição das cooperativas na composição do seu PIB (Produto Interno Bruto). Cabe ressaltar que o Estado de São Paulo, mesmo sendo o maior Estado em número de unidades cooperativas, tem uma menor representatividade deste modelo organizacional na composição do PIB (Menezes, 2018).

3.3 UNIDADES DE ANÁLISE

A Tabela 1 demonstra as cooperativas selecionadas, sua localização, o modelo cooperativo no qual foram classificadas e a nomenclatura adotada na pesquisa.

Tabela 1 – Cooperativas selecionadas

Sequência	Modelo Cooperativo	Cooperativa	Localização	Nomenclatura adotada
1	Popular	Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária União Camponesa (COPRAN)	Arapongas, Paraná	Cooperativa Alfa
2	Concêntrico	Integrada Cooperativa Agroindustrial	Londrina, Paraná	Cooperativa Beta
3	Solidário	Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória (COPAVI)	Paranacity, Paraná	Cooperativa Gama

Fonte: Elaborado pelos autores

3.4 PARTICIPANTES

Para compreender a vivência da educação para a cooperação nas cooperativas pesquisadas, procurou-se identificar em cada unidade a pessoa, prioritariamente responsável por atender a este princípio. Ademais, buscaram-se entrevistados que se encontrassem vinculados à cooperativa, há mais de 5 anos, entendendo-se que uma maior vivência na organização, contribui com uma melhor percepção da realidade.

Assim, os participantes foram escolhidos i) pelo tempo em que estão vinculados na cooperativa, ii) de acordo com a função desempenhada na cooperativa e iii) a partir de sua abertura para relatar e compartilhar a experiência. Cabe destacar que todos os participantes foram convidados a contribuir com a pesquisa de modo voluntário e de acordo com todos os protocolos éticos vigentes, ficando livres para se absterem da participação em qualquer fase do estudo. Quanto à forma de acesso aos entrevistados, considerando o cenário pandêmico que

marcou o período da realização da pesquisa, recorreu-se a plataforma de videoconferência Google Meet.

A Tabela 2 busca sintetizar algumas informações sobre os entrevistados.

Tabela 2 – Participantes da pesquisa

Cooperativa	Entrevistado	Idade	Tempo de vínculo com a cooperativa	Setor/Função atual	Experiências anteriores na cooperativa
Coop Alfa	Entrevistado E1	50	15 anos	Cooperada e Diretora Secretária	Presidente durante 8 anos
Coop Beta	Entrevistado E2	34	10 anos	Coordenador de Assessoria de Cooperativismo	Assessoria de Imprensa
Coop Beta	Entrevistado E3	40	18 anos	Gerente de Relacionamento	Áreas administrativas
Coop Gama	Entrevistado E4	38	29 anos	Cooperada e Assistência Técnica	Tesoureira e Conselheira Fiscal

Fonte: Elaborado pelos autores

4 ANÁLISES E RESULTADOS

4.1 MODELO SOLIDÁRIO: ANÁLISE DA COOP ALFA (COPRAN)

4.1.1 Contexto

A Coop Alfa é uma cooperativa de produtores assentados da Reforma Agrária, vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizada no assentamento Dorcelina Folador, no município de Arapongas-PR. Como será visto, a trajetória da Coop Alfa se confunde com a própria história do assentamento, com o início das atividades no ano de 1999. Atualmente, conta com aproximadamente 92 famílias que integram a cooperativa, que são simultaneamente produtores da agricultura familiar e cooperados.

Pelo fato da Coop Alfa estar vinculada ao MST, há uma maior propensão a seguir modelos de gestão democráticos, participativos e solidários. De acordo com a área institucional do MST: “as famílias assentadas e acampadas organizam-se numa estrutura participativa e democrática para tomar as decisões no MST [...] organizam-se em núcleos que discutem as necessidades de cada área” (MST, c2022).

No ano de 2005, os produtores assentados iniciaram a produção e comercialização coletiva de leite. Nesse período, eles ainda não estavam organizados sob o modelo cooperativista. Essa realidade vale a pena ser ressaltada para compreender como os ideias de cooperação já se faziam presentes entre os membros, mesmo antes da organização formal.

A gente viveu um processo de cooperação sem cooperativa. É importante dizer que a cooperação não necessariamente precisa começar com a cooperativa, ela é uma atitude, é um princípio e valor que não necessariamente precisa da cooperativa. Muitas vezes você tem a cooperativa e não tem a cooperação (Entrevistado E1).

Com o intuito de compreender como se deu o processo de cooperação, a fala do Entrevistado E1 foi reveladora: “exigia um processo de discussão e de **educação permanente de cooperação**, de atitude de cooperação todos os dias” (Entrevistado E1, grifo nosso).

Entre os anos de 2006 e 2007, os produtores, com um pouco mais de experiência na produção e comercialização do leite, iniciaram gradativamente pequenos investimentos em animais, pastagens e técnicas de produção. Com isso, a quantidade e a qualidade produzida começaram a se destacar e, o que despertou o interesse dos laticínios da região. Nesse momento, o ideal cooperativista foi decisivo diante das tentativas de segregação e competição que os laticínios tentaram fomentar.

As empresas começaram a querer nos dividir. Querer pegar só daqueles que tinham uma produção melhor e com maior quantidade. No grupo nós definimos que não! Que a empresa que pegasse de um teria que pegar de todos ou não pegaria de ninguém [...]. Tinha empresa que na época chegava em uma propriedade e dizia: “eu pago R\$ 0,85 centavos no litro do seu leite, mas é para o teu leite”. O outro que tirava menos eles queriam pagar em torno de R\$ 0,50 centavos. E aí nós falamos não! Ou paga pra todo mundo igual ou não pega de ninguém (Entrevistado E1).

A experiência vivenciada e demonstrada na fala anterior remete-nos ao pensamento de Singer (2002), quando considerou que a economia solidária em suas múltiplas dimensões mostra-se como um modelo de produção e modo de vida superior ao modelo dominante por considerar que a cooperação e a solidariedade seriam possíveis entre todos os membros de uma comunidade, sendo essas atitudes formas racionais de comportamento capazes de produzir e reproduzir igualdade de direitos e a partilha geral de perdas e ganhos.

4.1.2 A Educação para a Cooperação

Quando adentra-se no campo específico da educação para a cooperação, buscando compreender como a Coop Alfa vivencia esse princípio. Inicialmente foi percebido um certo constrangimento por parte do Entrevistado E1 por não possuírem ações específicas em relação à educação para a cooperação.

Olha (suspiros), eu posso te dizer que nesse ponto é bastante falho ainda. Não é intencional. Eu diria por duas questões: uma seria pelas condições diárias para fazer isso, porque quando você tem uma indústria, ela te deixa de cabelo branco, e outra, a demanda é muito grande (Entrevistado E1).

Por outro lado, pode-se observar que, apesar de não existir uma programação ou projetos formais e organizados, os processos educativos são desenvolvidos e disseminados no âmbito da Coop Alfa em diferentes momentos e atitudes do dia a dia.

O que a gente procura fazer é organizar a cooperativa em grupos de cooperados por comunidade. Assim, todas as comunidades pelo menos 2 vezes por ano procuram se encontrar para reunião de formação, debate sobre o cooperativismo, das dificuldades em geral enquanto projeto coletivo, da necessidade que a gente tem de viver os nossos princípios de cooperação, entreajuda. Enquanto classe social que somos, (pausa) qual o lugar que estamos ocupando na sociedade, aonde nós estamos com dificuldades, enfim, a gente se reconhecer primeiro como colegas e que estamos todos nas mesmas condições de assentados da reforma agrária e qual o lugar que nós ocupamos nas prioridades das políticas públicas em cada governo. E aí definimos as nossas pautas

de comercialização, de lutas, de enfrentamentos, enfim. [...] Agora dizer que temos uma cartilha que seguimos, não, não temos. [...] Essa formação trata sobre os princípios, valores, do compromisso, do projeto coletivo, das pessoas que estão envolvidas. [...] O que nós trabalhamos é o resultado do nosso exercício. A gente acha importante trazer isso para que as pessoas percebam a importância do seu trabalho para o coletivo, para o conjunto, senão o trabalho se torna alienado (Entrevistado E1).

Interessante observar que, apesar do Entrevistado E1 afirmar que a Coop Alfa não seguir nenhuma cartilha ou metodologia específica, a sua fala demonstra certo nível de maturidade em relação a uma visão mais crítica da realidade. Sua fala evidencia a existência de um saber cultural, popular, que primeiramente se reconhece na sociedade para então definir suas pautas e ações. Tal perspectiva gera um diálogo muito próximo com a pedagogia freiriana (1987), com destaque para promoção da emancipação e libertação dos oprimidos a partir da compreensão do contexto vivido, considerando a trajetória histórica e de pertencimento às classes populares.

Percebe-se a preocupação com a educação nas diferentes dimensões, o que envolve desde questões valorativas, político-emancipatórias, mas também não negligenciam a importância da instrumentalidade para o desenvolvimento material e sustentabilidade das atividades da cooperativa. A educação em sentido ampliado, que envolve a educação básica até a formação superior, é pauta constante da Coop Alfa.

Quanto aos jovens, como temos bastante jovens aqui, essa exigência do jovem estudar (pausa), temos aqui jovens que estão fazendo direito, administração, contabilidade, pedagogia, nutrição, a juventude precisa estudar né (risos). A gente sempre bater nessa tecla, da necessidade de se buscar o conhecimento da universidade e não só o conhecimento técnico (Entrevistado E1).

De forma complementar à fala do Entrevistado E1, a partir de matéria veiculada em site específico, resgatamos o discurso de um dos moradores do assentamento que reforça a preocupação com a educação básica como um instrumento para o desenvolvimento da Coop Alfa:

Nossa primeira missão foi a erradicação do analfabetismo. Hoje somos um assentamento livre de analfabetismo. Aqui nós defendemos a ideia de que cada pessoa deveria ter porte de um livro, e não de uma arma. [...] O importante era acreditar no projeto, e que as pessoas pudessem se sentir sujeitas do processo e serem protagonistas, cada um com o seu jeito, suas qualidades, seus limites, colocando o seu tijolinho (Ghisi, 2019).

4.1.3 Os Desafios

Segundo o Entrevistado E1, muitos são os desafios para o desenvolvimento e fortalecimento da educação para a cooperação na Coop Alfa. À medida que a cooperativa foi se alastrando para mais regiões e incorporando novos cooperados, a construção de sentido em relação aos valores cooperativos parece se distanciar daquele vivido pelos trabalhadores que participaram da criação da cooperativa. Esse é um dilema largamente debatido desde o início do cooperativismo no mundo, ou seja, a dificuldade em conciliar vigor econômico sem negligenciar os ideias originais (Singer, 2002).

Uma coisa é eu falar de cooperação, de entreatajuda para as pessoas que lá em 2005 caminharam conosco, do que para uma pessoa que entra agora, né? Então ela não tem

o histórico, ela não tem a vivência. Muitas pessoas não viveram a cooperação, então elas veem na cooperativa uma empresa e não a sua empresa. Então esse é o grande desafio nosso. [...] As cooperativas que eles conheceram até então são cooperativas do agronegócio, que são empresas. Existem grandes cooperativas na nossa região, mas de cooperativismo e de cooperação têm muito pouco. Elas têm negócios cooperativos, mas não têm vivência cooperativa. Eu entendo a cooperação como uma outra coisa, como um princípio de relacionamento, de vida, vamos dizer assim: quando a gente tem cooperação é a mútua ajuda, é planejar junto, é você ter projetos coletivos. Dificilmente você encontra projetos coletivos. Normalmente você encontra projetos individuais que buscam no cooperativismo as condições para desenvolver o seu projeto pessoal e não o contrário, né? (Entrevistado E1).

A visão do Entrevistado E1 dialoga com o que Namorado (2013) e Menezes (2018) concluíram em relação ao modelo cooperativista que predominante na atualidade. Apesar de toda sua complexidade e heterogeneidade, o movimento cooperativo é marcado majoritariamente por modelos de “cooperação contratual”, caracterizado por um acordo que visa atender as vontades individuais dos cooperados. Nesse contexto, percebe-se a pertinência em se refletir sobre a importância de práticas educativas que fortaleçam os ideais cooperativistas, alicerce histórico do movimento.

Aprofundando a sua visão de mundo, mas também demonstrando respeito às múltiplas perspectivas que possam existir, o Entrevistado E1 ainda considera a importância de analisar criticamente o modelo de pensamento que vivenciamos na atualidade:

O grande desafio é como a gente vai conseguir mudar a forma de pensar de viver de algumas pessoas. Também não sei se tenho o direito de mudar né? (Risos). Mas pelo menos questionar e fazer a pessoa se questionar sobre alguns posicionamentos, algumas visões de mundo. Mas é desafiador. É desafiador o processo de educação em cooperação, é muito desafiador. Porque ele mexe com questões estruturantes da sociedade, questões que hoje fundamentam a sociedade do capital, do capitalismo, que é o individualismo, a competição, enfim sempre tirar vantagem dos outros, tirar o máximo de lucro em tudo, não importa o ser humano, o que importa é o resultado lá no final (Entrevistado E1).

A humanidade precisa trilhar outros caminhos, enquanto a gente seguir esse caminho nós vamos pro caos, nós estamos indo pro caos, porque a gente não consegue ver a integração entre as coisas. As coisas estão interligadas (Entrevistado E1).

Buscando estabelecer conexões entre a fala do Entrevistado E1 e a perspectiva teórica que orienta este trabalho, destacam-se algumas ideias de acordo com o pensamento complexo. Morin (2015b) sugere a necessidade da reforma do pensamento e da educação por entender que a forma como aprendemos a entender a realidade – fragmentada, compartimentalizada e com a primazia do quantificável – conduz a erros no autoconhecimento e a graves problemas sociais. É necessário desenvolver a capacidade de contextualizar as informações e integrá-las em um ambiente complexo que lhe dê sentido. A complexidade se propõe em religar aquilo que foi disperso, com enfoque nas relações, na complementariedade e na solidariedade como principal amalgama social.

4.2 MODELO CONCÊNTRICO: ANÁLISE DA COOP BETA (INTEGRADA)

4.2.1 Contexto

A Coop Beta é uma cooperativa atuante na venda de insumos agrícolas, prestação de serviços de assistência técnica, recebimento e comercialização da produção agrícola das culturas de soja, milho, trigo, café e laranja. Conta também com unidades industriais que produzem derivados de milho, rações para animais, alimentos pet, óleos essenciais e suco concentrado de laranja (Integrada, 2021).

Atualmente, a Coop Beta é a 10ª maior cooperativa do Brasil e a 6ª maior do estado do Paraná. Possui cerca de 11.500 cooperados e 2.000 colaboradores. A cooperativa conta com mais de 60 unidades e seus cooperados encontram-se distribuídos em mais de 160 municípios nos estados do Paraná e São Paulo (Entrevistado E2).

4.2.2 A Educação para a Cooperação

Considerando a dispersão espacial da Coop Beta, bem como a representatividade da cooperativa em nível nacional, ressalta-se inicialmente que existem diversos programas e projetos que estão, em alguma medida, relacionados com o tema da educação para a cooperação. Cabe-nos, no entanto, compreender como de fato a educação é entendida e vivenciada pela cooperativa. Buscamos entender para onde estão canalizados os esforços da organização como forma de atender ao quinto princípio do cooperativismo. Educa-se para cooperar e vivenciar valores de solidariedade? Educa-se para aprimorar competências técnicas no afã de maiores rendimentos a partir da eficiência e de ganhos de escala? Até que ponto a Coop Beta é permeável à participação dos cooperados a partir do princípio da educação para cooperação?

Existem 3 grandes pilares onde são desenvolvidos programas de educação no ambiente da Coop Beta: 1) colaboradores; 2) quadro social (cooperados); 3) comunidade, sendo que cada um desses pilares possui vários recortes e temas específicos que são trabalhados. O Entrevistado E2 sintetiza a vivência da Coop Beta no que diz respeito à educação para a cooperação da seguinte maneira:

Nós temos então todo tipo de curso, evento e treinamento, desde daqueles voltados para qualidade de vida, difusão do cooperativismo, coisas mais amenas como palestras para casais, sobre relacionamentos e daí vamos entrando na parte técnica, conhecimento agrônomo, mercado agrícola, voltado para o desenvolvimento do negócio (Entrevistado E2).

No entanto, uma fala do Entrevistado E2 e outra do Entrevistado E3 chama-nos a atenção quanto à percepção dos cooperados, representantes dos núcleos e até mesmo daqueles que estão envolvidos em posições gerenciais da cooperativa:

Infelizmente ainda é um universo bastante masculino e machista. A gente tem núcleos que chegam para gente e falam 'não vem com palestras de casais aqui porque a gente quer entender de mercado agrícola, a gente quer trabalhar com cooperativismo e gestão' (Entrevistado E2).

Temos programas de integração com o nosso cooperado, até para dar sentido para a pessoa que está entrando. Isso porque a gente percebeu que os novos cooperados entravam por entrar e não sabiam do tamanho do negócio que ele estava entrando. Esse programa foi muito bem aceito pelos nossos cooperados porque hoje o cara olha só aquele silo que tem perto da propriedade dele, entendeu? E aí a hora que você mostra que ele entrando como cooperado, que ele faz parte de 3 indústrias, de um posto de combustível, de várias outras unidades que a gente tem no Paraná isso **engrandece o olho dele** (Entrevistado E3, grifo nosso).

Cabe-nos aqui uma reflexão sobre o papel das organizações cooperativas na responsabilidade de assumir o compromisso e difundir os preceitos cooperativos. Partindo do pressuposto de que as cooperativas devem desenvolver em seus membros os princípios e valores cooperativos a partir da educação para a cooperação, deve-se considerar que apenas pessoas “renovadas” poderiam “renovar” o entendimento das cooperativas acerca da educação para a cooperação. Mas apenas as cooperativas “renovadas” poderiam formar pessoas “renovadas”. Na perspectiva do pensamento complexo, um verdadeiro paradoxo no qual uma renovação pressupõe a outra, um circuito recursivo e interdependente (MORIN, 2015b).

Mesmo entendendo que a Coop Beta possui programas e projetos que se relacionam com a educação, em determinada fase da entrevista buscamos entender e até mesmo obter algum indicativo sobre a proporção dos investimentos em dois grandes grupos de programas educacionais, a saber: 1) educação corporativa, voltada para a gestão do negócio, liderança, competências técnicas e profissionais; e 2) educação para a cooperação, direcionada especificamente para a disseminação dos valores e princípios cooperativos genuínos.

Para o Entrevistado E2, quando se pensa em uma distribuição das ações de educação, cerca de 90% são voltadas à educação corporativa e apenas 10% para a educação para a cooperação. O Entrevistado E2 ressalta que sempre dentro dos projetos é comentado sobre os princípios cooperativos que permeiam todas as atividades da Coop Beta, mas diretamente ainda são poucas as ações (Entrevistado E2). A alta proporção direcionada para a educação corporativa em detrimento da educação para a cooperação também é vista pelo Entrevistado E3:

Atualmente o investimento na educação para a cooperação, entendida pelos ideais e valores cooperativos, é baixa em relação aos demais investimentos de formação e educação. Nossa parte está mais voltada para a parte técnica. A relação seria 20% para 80%, sendo esses 80% para a educação corporativa (Entrevistado E3).

Assim, pode-se perceber uma aproximação das práticas da Coop Beta com aquilo que Ben e Richart (2018) problematizaram. Para os autores, em determinados segmentos agroindustriais, a educação para a cooperação está preocupada em capacitar mão de obra de forma instrumental para atender à dimensão econômica da atividade, sem maiores compromissos com o desenvolvimento de valores de cooperação e de comprometimento social entre seus membros.

Em síntese, percebe-se que a Coop Beta possui uma vasta relação de atividades que podem ser classificadas dentro do escopo da educação. No entanto, a partir das entrevistas realizadas, percebe-se que não existem ações ou projetos comprometidos com a educação para a cooperação. Não se percebe preocupação em conscientizar e desenvolver os membros da cooperativa, familiares e comunidade geral a partir de valores coletivos, como a solidariedade, a justiça social e a sustentabilidade. Os cursos oferecidos, que de alguma forma, abordam a

questão dos valores e princípios do cooperativismo, o fazem de forma residual, sem maiores pretensões com pautas de transformação social.

4.2.3 Os Desafios

Ao iniciar esta seção, importa resgatar um dos dilemas que tem desafiado as cooperativas interessadas em verdadeiramente vivenciar os valores e princípios cooperativos. O desafio está justamente em saber despertar esse interesse e comprometimento nos membros cooperados, uma vez que o nosso momento histórico é atravessado pelo domínio do imediatismo e do autointeresse, entendendo-se a competição e o individualismo como único caminho possível, tanto em termos econômicos como também sociais (Schneider; Hedges, 2006).

Para o Entrevistado E2, um dos desafios enfrentados pela Coop Beta está em atender ao terceiro princípio cooperativo, qual seja: a participação econômica de seus membros. No contexto da Coop Beta, a participação econômica vai além da integralização do capital social que é comum em todas as cooperativas, mas entende-se a participação econômica em sentido amplo, em que o cooperado busque realizar as compras de seus insumos e a comercialização de sua produção por intermédio da cooperativa.

Eu acho que o terceiro princípio – participação econômica dos membros – é o mais difícil de ser atendido. É um grande desafio porque o mercado está cada vez mais competitivo e está cada vez mais difícil da gente conseguir estabelecer um espaço sem ter agressões externas. [...] As empresas do mercado entram atacando esses pontos onde a cooperativa é competitiva. Isso aberta e declaradamente. Daí a gente sai do campo de propósitos e entra no campo de valores econômicos. E daí quando a gente reduz a discussão, baseando o relacionamento em condição econômica e financeira, fica muito ruim. É a dor que a gente tem de manter o cooperado próximo da cooperativa nessas situações (Entrevistado E2).

Para o Entrevistado E3, a participação econômica dos membros também é um grande desafio a ser superado na visão da Coop Beta:

Acredito que a participação econômica seja um dos desafios a atingir. Hoje você tem um cooperado que trabalha com a gente e com outro. E daí essa participação dele não é tão efetiva com a cooperativa. O que leva ele a comprar com a gente é o relacionamento (Entrevistado E3).

Para o Entrevistado E2, a dificuldade em estabelecer relações mais fortes com os cooperados deve-se a uma parcela dos membros que ele chama de “oportunistas”.

Temos vários perfis de cooperados. Existem os oportunistas, que ficam com a cooperativa se estiverem apenas obtendo resultados individuais. Esse perfil normalmente é bem imediatista, ele olha apenas o valor econômico dele e não consegue enxergar o conjunto de benefícios que a cooperativa proporciona, como o desconto com planos de saúde, odontológicos, parceria com universidades, escolas, restituição do imposto ICMS sobre óleo diesel adquirido, distribuição de sobras no fim do exercício (Entrevistado E2).

O perfil imediatista, característica marcante dos ideais capitalistas que visam à maximização do lucro no menor espaço de tempo possível, também é entendido como um dos

entraves para os relacionamentos entre cooperativa e seus membros, de acordo com o Entrevistado E3. Além disso, segundo ele, esse é um desafio não apenas da Coop Beta, mas de outras cooperativas do Brasil.

Acho que o grande desafio é o capitalismo, a gente pensa em trabalhar a questão do jovem. Tem muito jovem que não passou o perrengue que o pai passou no passado e se não fossem as cooperativas talvez o pai não teria o que tem hoje (Entrevistado E3).

Eu participo de um programa voltado para o cooperativismo com outros gestores de cooperativas do Brasil inteiro e isso é uma máxima. Eles veem a mesma dificuldade. Os jovens estão esquecendo daqueles valores que os pais deles prezam muito, tendo em vista que o cooperativismo de alguma forma ajudou eles no passado (Entrevistado E3).

Resgatamos novamente o referencial teórico em Schneider e Hendges (2006) que entendem ser compreensível e até mesmo consideram “normal” que um novo associado ingresse em uma cooperativa com interesses individuais, uma vez que é forjado em um ambiente individualista e competitivo. No entanto, o que não pode ser considerado normal é que essa atitude se mantenha ao longo do tempo. Neste ponto encontra-se o papel da educação para a cooperação, que é capaz de investir no processo de entendimento e amadurecimento dos cooperados onde a solidariedade, coletividade e demais inspirações cooperativas façam sentido ao modo de vida dos cooperados, estendendo tais atitudes à sociedade em geral.

Durante esse momento da entrevista com o Entrevistado E2, ao entender que um dos desafios estava relacionado com a participação econômica, uma nova questão foi abordada. De um lado tem-se o dilema da Coop Beta em garantir maior participação econômica dos membros, mas em contrapartida cerca de 80% a 90% das suas ações educacionais são voltadas para a gestão e eficiência do negócio. Uma aparente contradição. Haveria alguma relação entre esses temas? E se a Coop Beta canalizasse maiores esforços para a disseminação dos valores e princípios pautados na solidariedade, democracia, colaboração, equidade, poderia então ter maior participação dos seus membros e verdadeira vivência cooperativa?

Certamente existe uma relação entre o desafio da participação econômica e o baixo percentual de investimento nos valores cooperativos. Porém, não sei até que ponto, pois nunca testamos e não tenho conhecimento de algum outro caso de cooperativa que conseguiu colocar a cultura cooperativista acima da cultura capitalista que a gente vive. Eu acho que é mais complexo do que juntar os cooperados e falar “olha que legal ser cooperativo” enquanto a gente continua vivendo em uma sociedade que só olha para as cifras (Entrevistado E2).

Morin (2015b) contribui nessa reflexão quando apresenta as vias alternativas que podem conduzir à reforma de pensamento e de atitudes que desembocarão em uma grande via capaz de promover mudanças rumo a um novo paradigma de sociedade pautado pela solidariedade:

Ao lado da economia de lucro e da economia de Estado, a economia plural constituiria a terceira via entre a supremacia do mercado e a do Estado, a via da economia social e solidária, das cooperativas, das empresas cidadãs, do microcrédito, do comércio equitativo. A economia social e solidária, de raízes históricas profundas, reúne uma grande diversidade de iniciativas econômicas que não dependem nem do setor público nem da área capitalista. Essas iniciativas visam produzir, consumir, empregar, poupar, e decidir de maneira mais respeitosa sobre os homens, o ambiente e os territórios. [...] Suas características essenciais: uma finalidade de utilidade social; uma efetivação do projeto econômico fundado em governança democrática e uma gestão ética; um

dinamismo que se apoia em enraizamento territorial e adesão cidadã (Morin, 2015b, p. 132-133).

4.3 MODELO POPULAR: ANÁLISE DA COOP GAMA (COPAVI)

4.3.1 Contexto

A Coop Gama, assim como a Coop Alfa, é uma cooperativa de trabalhadores rurais, assentados da Reforma Agrária vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Consideramos que pontuar essa questão é particularmente importante para a análise realizada, pois para além da própria trajetória da cooperativa, deve-se considerar que a organização está situada dentro de lutas, conquistas e embates históricos que atravessam o cenário sociopolítico nacional desde a sua origem como nação.

Fundada em 1993 e localizada no município de Paranacity, ao noroeste do estado do Paraná, a Coop Gama conta atualmente com 70 famílias-cooperadas e sua história é intercambiável, por assim dizer, com a história do assentamento Santa Maria. Para se ter uma ideia, em janeiro de 1993, ocorreu a ocupação da área improdutiva, já desapropriada, da então Fazenda Santa Maria. Em julho de 1993, após 6 meses da ocupação, ocorre a fundação da Coop Gama. A regularização do assentamento foi efetivada ainda no primeiro semestre de 1994, a partir de trâmites legais junto ao INCRA (Pelosi, 2013).

A Coop Gama destaca-se pela adoção do modelo denominado Cooperativas de Produção Agropecuária – CPA (Pelosi, 2013), que se coaduna com os fundamentos da economia solidária, que pressupõem convergência entre capital e trabalho. Nesse modelo, a terra permanece sob o controle coletivo. Além disso, uma de suas principais características é a constituição de uma personalidade jurídica – registro do estatuto social, constituição de CNPJ e demais formalidades de um empreendimento cooperativo que ganha forma e personalidade perante órgãos governamentais. Assim, temos sob o ponto de vista prático a configuração de uma organização cooperativa com produção, gestão e trabalhos coletivos (Pelosi, 2013).

4.3.2 A Educação para a Cooperação

Atualmente a Coop Gama conta com cerca de 70 cooperados em seu quadro social e parte da atual diretoria já faz parte da “segunda geração”, conforme chamou o Entrevistado E4, caracterizada pelos filhos dos fundadores. Apesar da semelhança existente entre a primeira e a segunda geração, em que predominam jovens lideranças, o perfil dos cooperados atuais apresenta singular diferença na visão do Entrevistado E4:

No início eram filhos de pequenos agricultores ou até mesmo pequenos agricultores que foram acampar em busca de terra com menos escolaridade. E agora temos maior escolaridade, várias pessoas com nível superior e segundo grau. Também durante esse processo entre a passagem das gerações, aqueles que foram os fundadores sempre tiveram um apoio para voltar a estudar (Entrevistado 4).

Dessa forma, devido à característica geral dos primeiros cooperados, uma das primeiras ações da Coop Gama em relação à educação para a cooperação foi erradicar o analfabetismo no assentamento e na cooperativa. Para isso, aderiu ao programa do MST intitulado “Sim, eu posso”, e conseguiu reduzir a zero a taxa de analfabetismo no assentamento. “Esse incentivo

para despertar o interesse e oportunidade de estudar existiu principalmente para se trabalhar na cooperativa, de exercer as funções” (Entrevistado E4).

Após esse momento básico, mas não menos importante, pelo qual deve passar qualquer projeto de educação (alfabetização), os cooperados/assentados continuam sendo incentivados a dar continuidade ao seu desenvolvimento. Aliás, no que tange à alfabetização, vale resgatar o seu sentido amplo, conforme considerado por Freire (1987, p. 13): “a alfabetização não é um jogo de palavras, é a consciência reflexiva da cultura, a reconstrução crítica do mundo humano, a abertura de novos caminhos, o projeto histórico de um mundo comum, a bravura de dizer a sua palavra”.

Além da educação para cooperação, que resgata valores e princípios cooperativos, existem diversas atividades formativas que envolvem cursos ligados à área técnica-operacional, gestão, formação política-ideológica, entre outros (Rocha, 2021).

A formação técnico-profissional ocorre através de minicursos, profissionalização pós-médio, graduação, especializações, entre outros. Essas capacitações são essenciais para o desenvolvimento da cooperativa diante de um cenário mercadológico cada vez mais exigente (Rocha, 2021). É o caso, por exemplo, do próprio Entrevistado E4, que foi incentivado e teve apoio da cooperativa para realizar a graduação e especialização na área de agroecologia e, posteriormente, por vontade própria, realizou mestrado profissional na mesma área (Entrevistado E4).

A formação político-ideológica ocorre através de treinamentos e capacitações oferecidos pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, nos quais são discutidos assuntos políticos e filosóficos que também servem de orientação para o empreendimento cooperativo que está inserido no contexto do MST (Rocha, 2021).

Vale considerar que a educação para a cooperação tende a transcender o universo da cooperativa, especialmente para aquelas que se encontram no ambiente do MST. As reflexões sociopolíticas e filosóficas que ocorrem nos encontros do movimento contribuem para a formação de novos sujeitos, comprometidos com a sociedade e não apenas com o grupo social ao qual pertençam.

Recentemente dois casos foram noticiados e demonstram esse espírito solidário que envolve o movimento. O primeiro deles refere-se à doação de alimentos produzidos pelo MST para famílias em situações vulneráveis em todo o Brasil, durante o período de pandemia. Até o mês de janeiro de 2022, eram mais de 6 mil toneladas de alimentos doados (MST, 2022a). A Coop Gama, alinhada ao sentimento de solidariedade, também realizou doações de alimentos agroecológicos para pessoas em situação de vulnerabilidade. Além do impacto social sobre populações em condição de forte vulnerabilidade, essas práticas apresentam importante caráter pedagógico, pois desenvolvem senso de solidariedade e de comprometimento com a coletividade, além da própria cooperativa.

4.3.3 Os Desafios

Quanto aos desafios visualizados pelo Entrevistado E4, é necessário organizar melhor as informações e sistematizar tudo o que a cooperativa já realizou até o momento para servir como acervo de consulta e fortalecimento da cooperativa (Entrevistado E4).

Acho que o desafio é a gente se organizar para a sistematização do que já tem feito. Eu acho que a gente faz muita coisa mas não sistematiza. E daí ter um acesso a isso. Ter uma biblioteca, um centro de lazer, de educação que ainda as pernas não alcançaram. Mas eu acho que mesmo assim, a gente faz muita coisa mas não consegue organização para sistematizar isso (Entrevistado E4).

Outro desafio latente no ambiente da Coop Gama diz respeito à rotatividade dos cooperados. Indícios levam a crer que a cooperativa possui um grande desafio em manter o engajamento coletivo. Zeneratti (2013) realizou pesquisa de campo no assentamento onde a cooperativa está localizada e constatou que desde a sua fundação já passaram mais de 40 famílias pelo local, o que representa mais de 50% de rotatividade.

Dentre um dos motivos apontados pelo autor destaca-se a falta de adaptação dos membros em seguir com um projeto coletivo. A terra pertence ao coletivo, as decisões (em diversos níveis) são tomadas em assembleias, o coletivo se sobrepõe ao individual em praticamente todas as instancias. Tal característica, como esclarece Schneider e Hendges (2006), tem desafiado o cooperativismo em todo o mundo e em toda a sua trajetória histórica, o que é justificado pelo domínio da cultura do imediatismo, individualismo e do consumismo como principal medida de valor.

O caso da Coop Gama representa um dos modelos mais ousados e que aponta para um outro ideal de sociabilidade dentro dos moldes do cooperativismo original. No entanto, diante de um contexto de avanços e recuos no projeto coletivo, resgata-se, mais uma vez, a necessidade do fortalecimento da educação para a cooperação, aquela que se propõe a ir além do que é imposto pela atual sociedade de consumo, centrada na competição e no individualismo, que tende a dominar todos os espaços da vida em sociedades como se qualquer alternativa fosse irracional e desprovida de sentido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um ambiente permeado pela escassez, como ocorre em boa parte do contexto brasileiro, atender ao desafio econômico e simultaneamente se comprometer com os princípios cooperativos, é boa parte das vezes visto como um trade off inconciliável, o que faz com que se privilegie o primeiro em detrimento do segundo. Contudo, este posicionamento descola-se dos fundamentos do cooperativismo que têm na união e na colaboração mútua o caminho para driblar as adversidades e criar uma nova forma de sociabilidade mais rica, lastreada na solidariedade, coparticipação e democracia com vistas ao bem comum.

Em termos gerais, segundo a fala dos entrevistados, as 3 cooperativas consideram o princípio da educação importante. No entanto, quando se aprofundou a questão, percebeu-se que os conceitos nem sempre estão claros e mistura-se a perspectiva de educação técnico-instrumental com a da educação para a cooperação focada nos valores e princípios cooperativistas. No entanto, percebe-se que as Cooperativas Alfa e Gama (de pequenos

produtores e vinculadas ao MST) possuem maior vivência prática em termos de cooperação. Suas histórias, marcadas por lutas e enfrentamento, fizeram com que a solidariedade se tornasse uma premissa para que o projeto coletivo fosse desenvolvido. Como disse o Entrevistado 1 na pesquisa, “a cooperação é uma atitude, é um princípio e valor que não necessariamente precisa da cooperativa. Muitas vezes você tem a cooperativa e não tem a cooperação”.

Em contrapartida, a Coop Beta, apesar de apresentar uma estrutura robusta e um resultado econômico destacado, não apresentou um projeto mais profundo e comprometido com a transformação social, mas restrito ao desenvolvimento econômico. A grande maioria dos recursos destinados à área educacional da cooperativa são alocados para a formação técnica ou da gestão da cooperativa (cerca de 80% a 90%). Isso significa que a atenção dada aos valores solidários é secundária.

A Coop Gama assemelha-se à Coop Alfa, partindo de demandas específicas para realizar formações e capacitações, sendo que atualmente existem formações tanto de caráter técnico como voltadas para os valores cooperativos. Ademais, entende-se que a educação para a cooperação não pode se limitar a palestras, cursos e treinamentos formais, mas é na vivência cotidiana, nas experiências práticas e nas rotinas diárias que se forjam e consolidam novos comportamentos. A educação se faz a partir da prática.

A educação para a cooperação parece ser necessária desde os momentos mais embrionários da vida em sociedade. Na família, na escola e na comunidade, experiências compartilhadas de convivência, parecem ser fundamentais para fomentar uma nova lógica de convivialidade que se contrapõe ao domínio, quase absoluto, do modelo capitalista. O MST tem se destacado em suas experiências, acredita-se pelo fato de partirem de uma longa trajetória de lutas coletivas, além de um forte empenho em promoverem uma educação contra-hegemônica. Ainda assim, não estão descoladas das influências do meio, o que faz com que o índice de rotatividade dos cooperados seja elevado.

Vale aprofundar e problematizar o estudo para melhor entender se a educação para a cooperação, aquela que se propõe a manter o compromisso com os valores solidários e do bem viver, está sendo exercida como prática libertária, oferecendo outros modos de vida aos cooperados e, em decorrência, para suas regiões? Ou se por outro lado, quando estas iniciativas crescem tendem a se moldar ao status quo, passando a participar da lógica hegemônica?

Como sugestão para estudos futuros pode-se dar continuidade ou aprofundar o tema da educação para cooperação em organizações cooperativas e também outras organizações constituídas a partir de diversos formatos. Isso envolve organizações do terceiro setor, públicas, privadas, de capital aberto ou fechado e até mesmo organizações que não possuem uma personalidade jurídica específica, mas se caracterizam pelo agrupamento de pessoas com objetivos e valores em comum. Importa destacar que cada uma das barreiras e desafios que foram observados atualmente para o movimento cooperativo, em especial no que tange à educação para a cooperação, requer que se pense em alternativas possíveis para o avanço do tema, o que pode ser realizado em estudos e pesquisas posteriores.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) através de bolsa de mestrado.

A pesquisa de campo foi realizada após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos. Número do parecer: 5.064.563. Data parecer: 26/10/21.

REFERÊNCIAS

- ACI. **Notas de orientación para los principios cooperativos**. 2015. Disponível em: <https://www.ica.coop/sites/default/files/publication-files/guidance-notes-es-2107251738.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.
- ANFARA JR., V.A.; MERTZ, N.T. Introduction. In: ANFARA JR., V.A.; MERTZ, N.T. (edit.). **Theoretical frameworks in qualitative research**. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2006.
- AZEVEDO, F. O manifesto dos pioneiros da educação nova. **Revista Brasiliense**, São Paulo, n. 15, p. 8-28, jan/fev. 1958.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEN, M; RICHART, M. A des(educação) do cooperativismo no oeste do Paraná: Cooperativa industrial Lar e Copagril. **Seminário Internacional e Fórum de Educação do Campo**. 2018. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/06/Regional_Santa_Maria_2013-1-2.pdf. Acesso em: 31 maio 2021.
- BÜTTENBENDER, P. L. et al. Cooperativismo e desenvolvimento regional: aportes teóricos, experiências e perspectivas. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, ed. esp. 2 (Dossiê Cooperativismo), p. 1-7, 27 maio 2022. Doi: [https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.2\(DossieCooperativismo\).4278](https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.2(DossieCooperativismo).4278).
- DIESTRO, H. M. La educación cooperativa como base para un desarrollo integral del fenómeno cooperativo. **Boletín de la Asociación Internacional de Derecho Cooperativo**, Bilbao, n. 57, 2020, p. 207-223.
- DOWBOR, L. **O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2020.
- FRANTZ, W. Educação e cooperação: práticas que se relacionam. **Sociologias**, a. 3, n. 6, p. 242-264, 2001.
- FREINET, C. **Pedagogia do bom senso**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.
- GHISI, E. Assentamento Dorcelina Folador: de terra sem pássaros a modelo de reforma agrária. **Brasil de Fato**. 19 mar. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2019/03/19/assentamento-dorcelina-folador-de-terra-sem-passaros-a-modelo-de-reforma-agraria>. Acesso em: 09 nov. 2021.
- GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, abr. 1995.
- HATCH, J.A. **Doing qualitative research in educations settings**. Albany: State University of New York Press, 2002.
- INTEGRADA – Integrada Cooperativa Agroindustrial. **Quem somos**. Londrina, 2021. Disponível em: <https://www.integrada.coop.br/quem-somos-historia.xhtml>. Acesso em: 04 jan. 2022.
- LUZIO-DOS-SANTOS, L. M. **Pautas para outra sociabilidade**. Londrina: Eduel, 2015.
- MENEZES, A. **Os dois pinheirinhos continuam firmes?** Brasília: Confefras, 2018.
- MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- MILANA, M; SORENSEN, T. B. Promoção da cidadania democrática através da educação de adultos não-formal: O caso da Dinamarca. In: HADDAD, S. (org.). **Grundtvig e Freire: escola populares na Dinamarca e no Brasil** [livro eletrônico]. São Paulo: Ação Educativa, 2020. p. 106-128.
- MONTESSORI, M. **A educação e a paz**. São Paulo: Papyrus Editora, 2006.
- MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- MORIN, E. **A via para o futuro da humanidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015b.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 5.ed. Porto Alegre: Sulina, 2015a.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA [MST]. **Apresentação**. MST, c2022. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 03 jan. 2022.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA [MST]. **MST ultrapassa 6 mil toneladas de alimentos doados durante a pandemia**. MST, 2022a. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/01/14/mst-ultrapassa-6-mil-toneladas-de-alimentos-doados-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 04 abr. 2022.
- NAMORADO, R. **O mistério do cooperativismo: da cooperação ao movimento cooperativo**. Coimbra: Edições Almedina, 2013.
- OCB – ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Apresentação Institucional Sistema Cooperativo Brasileiro**. Brasília, dez. 2010. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/32001126/apresentacao-institucional-sistema-cooperativista-brasileiro-ocb>. Acesso em: 02 mar. 2022.

OXFAM. **País estagnado**: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: Oxfam Brasil, 2018. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pais-estagnado/?_ga=2.208256274.1833625700.1615724899-504417776.1613616187. Acesso em: 14 mar 2021.

PATEL, R.; MOORE, J. W. **A história do mundo em sete coisas baratas**: um guia sobre o capitalismo, a natureza e o futuro do planeta. Lisboa: Editora Presença, 2018.

PELOSI, E. M. **Complexidade e Economia Solidária**: a construção de novas concepções de produção e sociabilidade - um estudo de caso de empreendimento solidário. 2013. 179 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000185889>. Acesso em: 01 dez. 2021.

ROCHA, J. C. M. **Estruturas e vivências organizacionais nos diferentes modelos cooperativos brasileiros**: um estudo a partir de experiências paranaenses. (Dissertação de mestrado) – Universidade Estadual de Londrina, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2021.

ROCHA, J. C. M.; LUZIO-DO-SANTOS, L. M. Cooperativismos: pluralidade do modelo organizacional brasileiro. **Desenvolvimento em debate**, v. 10, n. 3, set-dez. 2022, p. 175-197. Doi: <http://dx.doi.org/10.51861/ded.dmvdd.3.102>

SANTOS, B. S.; RODRÍGUEZ, C. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

SCHNEIDER, J. O.; HENDGES, M.; SILVA, A. C. M. **Educação e capacitação cooperativa**: os desafios no seu desempenho. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010.

SCHNEIDER, J.O.; HENDGES, M. Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação. **ESAC Economia Solidária e Ação Cooperativa**, Unisinos, v. 1, n. 1, 2006.

SILVA, A. C. P. Cooperativismo e Autonomia: pela transformação das práticas e dos objetivos associativistas no espaço rural brasileiro. **Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia**, n. 12, p. 33-45, 2002.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

THESING, N. J.; SAUSEN, J. F. C. L.; BAGGIO, D. K. Humanização na educação cooperativa: aplicações e contribuições na gestão e nas práticas do cooperativismo de crédito. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, ed. esp. 2 (Dossiê Cooperativismo), p. 32-57, 27 maio 2022. Doi: [https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.2\(DossieCooperativismo\).3719](https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.2(DossieCooperativismo).3719).

ZENERATTI, F. L. Avanços e recuos na proposta de cooperativismo: o caso da Copavi, Paranacity-PR. **Geoatos Revista Geografia em atos**. Presidente Prudente, v. 1, n. 13, 2013, p. 88-106.